

Fundação Adolfo Vieira de Brito



Regulamento Interno da Creche

Ano Letivo

2018/2019

Clara
de
P

Capítulo I

Disposições Gerais

Norma 1

Âmbito da Aplicação

A Fundação Adolfo Vieira de Brito é uma instituição privada de solidariedade social (IPSS) fundada em 30 de Abril de 1958, pelo Comendador Adolfo Vieira de Brito, tendo estatutos sido submetidos a alterações em 7 de Dezembro de 1992 e o seu registo definitivo publicado no Diário da Republica nº2- III série, de 4 de Janeiro de 1993, situada na Av.D.Rodrigo da Cunha nº5 R/C, Freguesia de Alvalade que celebra um acordo de Creche e rege-se com as seguintes normas:

Norma 2

Legislação Aplicável

A Creche da Fundação Adolfo Vieira de Brito é um estabelecimento que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento integral da criança, proporcionando atividades educativas e atividades de apoio à família. É um espaço pensado e organizado em função das crianças e adequado aos seus interesses e necessidades e rege-se pela legislação em vigor (Portaria nº196-A/2015, de 1 de julho, circular n.º 4 orientação técnica da DGSS de 16/12/2014, Portaria nº262/2011 de 31 de agosto, circular n.5 orientação técnica da DGSS de 23-12-2014 e Decreto lei n.64/2007, 14 de Março alterado e republicado pelo Decreto - Lei nº33/2014 de 4 de março).

Norma 3

Objetivos de Regulamento

O presente Regulamento Interno de funcionamento visa:

1. Promover o respeito pelos direitos das crianças, nomeadamente da dignidade e intimidade da sua vida privada.
2. Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do estabelecimento/estrutura prestadora de serviços.
3. Promover a participação ativa dos utentes ou seus representantes legais ao nível da gestão das respostas sociais.

Norma 4

Serviços Prestados e Atividades Desenvolvidas

1. A Creche da Fundação Adolfo Vieira de Brito, IPSS sem fins lucrativos assegura a prestação dos seguintes serviços:

ansh
©
P

Acolhimento de crianças a partir de 1 ano de idade até aos 3 anos.

- a. Presta um conjunto de atividades e serviços, adequados à satisfação das necessidades da criança orientados pelo atendimento individualizado de acordo com as suas capacidades e competências, designadamente;
- b. Nutrição e alimentação adequada, qualitativa e quantitativamente, à idade da criança, sem prejuízo de dietas especiais em caso de prescrição médica;
- c. Cuidados de higiene pessoal;
- d. Atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, em função da idade e necessidades específicas das crianças.

CAPITULO II

Processo de Admissão dos Utentes

Norma 5

Condições de Admissão

São condições de admissão:

1. Efetuar a pré inscrição e posteriormente a inscrição.
2. Crianças com irmãos a frequentarem a Fundação.
3. Crianças que frequentaram no(s) ano(s) anteriores este estabelecimento de ensino.
4. Familiares de funcionários.
5. Destina-se prioritariamente às crianças, cujo agregado familiar resida na freguesia de Alvalade e ou às quais um dos encarregados de educação trabalhe na mesma freguesia.
6. Capacidade disponível do estabelecimento em dar resposta às necessidades e expectativas da criança e da sua família.

Norma 6

Critérios de Admissão

São critérios de admissão neste estabelecimento:

1. Crianças com irmãos a frequentarem o mesmo estabelecimento.
2. Crianças que frequentaram no(s) ano(s) anterior este estabelecimento de ensino.
3. Destina-se prioritariamente às crianças, cujo agregado familiar resida na freguesia de Alvalade e ou às quais um dos encarregados e educação trabalhe na mesma freguesia.
4. Crianças de famílias monoparentais.

5. Idade da criança em função da vaga existente.

Norma 7

Candidatura

1. Para efeitos de admissão, o encarregado de Educação deverá proceder através do preenchimento de uma ficha de identificação do utente, que constitui parte integrante do processo da criança, devendo fazer prova das declarações efetuadas. Deverão ser apresentados ou facultados os números dos seguintes documentos:
 - a. Cartão de cidadão ou cédula pessoal do utente;
 - b. Cartão de contribuinte do utente;
 - c. Cartão de Beneficiário de Segurança Social do utente;
 - d. Boletim de Vacinas e declaração médica em caso de patologia que determine a necessidade de cuidados especiais;
 - e. Comprovativo dos rendimentos do agregado familiar, IRS e nota de liquidação;
 - f. Em caso de desemprego é obrigatório a apresentação dos documentos da inscrição no Centro de Emprego;
 - g. No caso da não apresentação da declaração de rendimentos e respetiva nota de liquidação, os pais ou encarregados de educação deverão entregar o comprovativo das finanças em como não usufruem ou usufruíram qualquer rendimento.
2. O período de candidatura decorre durante todo o ano civil.
 - a. O horário de atendimento para a candidatura é o seguinte: das 9h às 14h e das 15h às 17h;
 - b. A ficha de identificação e os documentos probatórios referidos no número anterior deverão ser entregues na secretaria das 9h às 14h e das 15h às 17h;
 - c. Em qualquer tipo de situações de separação dos progenitores é obrigatória a entrega da certidão da sentença judicial que regule o poder paternal ou determine a tutela/curatela;
 - d. Em caso de admissão urgente, pode ser dispensada a apresentação de candidatura e respetivos documentos probatórios no ato da inscrição, sendo todavia iniciado o processo de obtenção dos dados em falta o mais breve possível.

Norma 8

Admissão

1. Recebida a candidatura, a mesma é analisada pelo Diretor Técnico deste estabelecimento de ensino.
2. Da decisão será dado conhecimento ao encarregado de educação no prazo de 10 dias úteis.

3. No ato de admissão é devido o pagamento da inscrição, com o valor de 90€.

Amor 21
@
P

Norma 9

Acolhimento dos Novos Utentes

1. O acolhimento inicial das crianças e a fase de adaptação, que não deve ultrapassar os 30 dias, obedece às seguintes regras e procedimentos:
 - a. No primeiro dia da criança na creche ficará disponível o educador/auxiliar de ação educativa para acolher cada criança e sua família;
 - b. Aos encarregados de educação é sugerido que, nesta fase, a criança traga consigo o brinquedo ou objeto que lhe transmita segurança e conforto;
 - c. Tanto quanto possível, durante o período de adaptação, inicialmente o tempo de permanência da criança na creche deverá ser reduzido, sendo depois gradualmente aumentado.

Norma 10

Processo Individual do Utente

1. Do processo individual da criança deve constar:
 - a. Ficha de inscrição com todos os elementos de identificação da criança e do seu agregado familiar;
 - b. Data de início da prestação dos serviços;
 - c. Horário habitual de permanência da criança na creche de acordo com a necessidade dos encarregados de educação;
 - d. Identificação e contato da pessoa a contactar em caso de necessidade;
 - e. Processo individual de saúde, declaração médica em como a criança pode frequentar a instituição e em caso de patologia que determine a necessidade de cuidados especiais, dieta, medicação, comprovação da situação das vacinas, alergias e outros;
 - f. Identificação dos responsáveis pela entrega diária da criança e das pessoas autorizadas, para retirar a criança da creche;
 - g. Constará também do processo individual, toda a documentação relativa à evolução do desenvolvimento da criança durante a permanência na creche bem como todos os elementos obrigatórios de acordo com a lei em vigor;
 - h. Contrato de Prestação de Serviços;
 - i. Cópia da apólice de seguro.

Christina
@
P

Capítulo III


Instalações e Regras de Funcionamento

Norma 11

Instalações

A Fundação Adolfo Vieira de Brito está sediada na Av. D. Rodrigo da Cunha, em Lisboa, e as suas instalações são compostas por:

1. No 1º andar:
 - a. Sala 1, com 14 bebés com idades compreendidas entre os 12 e os 24 meses, com uma varanda aberta e vedada para recreio. Casa de banho com bancadas para muda de fraldas e uma banheira, material e mobiliário correspondente;
 - b. Sala 2, com 18 crianças com idades compreendidas entre os 24 e os 36 meses. Com duas janelas, uma varanda para arrumação, uma casa de banho com sanitas de tamanho pequeno e uma bancada para muda de fraldas e um duche. Tem também mobiliário e material adequado;
 - c. Refeitório de apoio à sala 1;
 - d. Refeitório de apoio à sala 2;
 - e. Uma sala de estar para todo o pessoal;
 - f. Sala de reuniões;
 - g. Gabinete da Administração;
 - h. Uma despensa;
 - i. Uma casa de banho para adultos;
 - j. Um vestiário.
2. No R/C porta C e D
 - a. Sala 3 com 20 crianças dos 3 anos aos 4 anos com duas janelas, uma casa de banho com acesso direto e exclusivo à sala, e material e mobiliário correspondente;
 - b. Sala 4 com 25 crianças dos 4 aos 5 anos, com quatro janelas, uma casa de banho de acesso direto e exclusivo. Mobiliário e material correspondente;
 - c. Três despensas para arrumações;
 - d. Uma casa de banho exclusiva para adultos;
 - e. Um gabinete de apoio (atendimento a pais, trabalho individualizado às crianças);
 - f. Gabinete da Diretora Pedagógica.
3. R/C porta A e B
 - a. Sala 5, com 25 crianças dos 5 aos 6 anos com duas janelas e uma porta que dá acesso ao ginásio devidamente equipado, espaço também aproveitado como recreio coberto;
 - b. Secretaria;
 - c. Casa de banho com uso exclusivo para crianças;
 - d. Casa de banho para uso exclusivo de adultos (com chuveiro);
 - e. Cozinha, onde é confeccionado o almoço e o lanche;

- 
- f. Despensa de apoio à cozinha;
 - g. Despensa de víveres;
 - h. Lavandaria;
 - i. Refeitório conjunto para as crianças dos 3 aos 5 anos.

No exterior existe um jardim vedado, que consiste em dois espaços: um relvado, com uma miniatura em alvenaria, de tijolo; outro espaço compreendendo um pavimento em relva sintética, baloiço e escorrega.

Existe ainda uma arrecadação onde são guardados os materiais de jardinagem e de conservação do espaço.

Norma 12

Horários de Funcionamento

1. A Creche funciona de 2ª a 6ª feira das 8h às 18h.
2. Os pais que tenham necessidade de usufruir da extensão de horário das 18h às 19h, terão que justificar devidamente com um comprovativo do emprego de ambos os pais.
3. Nestas condições serão aplicados os seguintes valores mensais:
 - a. 30 Minutos- 10€
 - b. 60 Minutos- 20€
4. A Fundação encerra aos fins-de-semana, nos feriados civis, religiosos e municipais, no mês de agosto, do Natal ao Ano Novo, 2ª e 3ª feira de carnaval e 2ª feira depois da Páscoa.

Norma 13

Entrada e Saída de Visita

As Educadoras, a Coordenadora Pedagógica e o Conselho de Administração atendem os Pais, sempre que necessário, em dia e hora a combinar.

A entrada será processada até às 9h30m.

Em casos excepcionais, a entrada poderá ser feita posteriormente a combinar com a educadora de sala, sendo obrigatória a entrega de uma justificação.

Norma 14

Pagamento da Mensalidade

1. A mensalidade deverá ser paga de 1 a 8 de cada mês.
2. Após esta data salvo casos excepcionais e devidamente justificados, será acrescido o valor de 4%. A falta de pagamento da mensalidade leva à interrupção da frequência.
3. Haverá lugar a uma redução de 12,5% a 25% na mensalidade, quando houver ausências motivadas por férias (com aviso prévio) ou doença (comprovando com declaração médica, superiores a 15 dias ou 30 dias não interpolados).
4. O mês de Julho será pago em dez prestações de Setembro a Junho.

- De 1 a 8 de Julho será paga a inscrição ou renovação.
- No caso de irmãos haverá um desconto de 20% a partir da mensalidade referente ao segundo filho e seguintes.

Norma 15

Tabela de Comparticipação/Preçário de Mensalidades

Escalão	% sobre RMM	Per Capita	% sobre a capitação	Comparticipação Familiar
1	Até 30%	174 €	15%	26,10 €
2	de 30% a 50%	de 174,01 € a 290,00 €	22,5%	de 26,11€ a 65,25€
3	de 50% a 70%	de 290,01 € a 406,00 €	27,5%	de 81,35€ a 111,65€
4	de 70% a 100%	de 406,01€ a 580,00€	30%	de 123,54€ a 174,00€
5	de 100% a 150%	de 580,01€ a 870,00€	32,5%	de 190,39€ a 282,75€
6	de 150%	835,51 €	35%	304,50 €

- A tabela de comparticipações familiares foi calculada(o) de acordo com a legislação/normativos em vigor (Portaria n.º 116-A/2015, de 1 de Julho e circular n.º 4) e encontra-se afixada(o) em lugar bem visível.
- De acordo com o disposto na Portaria 196-A de 1 de julho, o cálculo do rendimento per capita do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{RF/12 - D}{N}$$

Sendo que:

R=Rendimento per capita


RF=Rendimento mensal liquido do agregado familiar

D= Despesas fixas.

N= Número de elementos do agregado familiar

No que diz respeito às despesas, consideram-se para o efeito;

- O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento liquido;
- O valor da renda de casa ou de prestação mensal devida pela aquisição de habitação própria;
- Os encargos mensais com transportes públicos do agregado familiar, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona de residência;

- 
- d. As despesas com a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crônica;
 - e. Para além das despesas referidas, a comparticipação do agregado familiar, com despesa de familiares em ERPI é considerada para o cálculo de comparticipação;
As despesas referidas nas alíneas b., c., d., têm um limite máximo, do total das despesas a considerar, igual ao rendimento mínimo mensal garantido (RMMG). Nos casos em que essa soma seja inferior ao RMMG é considerado o valor da despesa.
3. Haverá um desconto de 20% a partir da mensalidade referente ao segundo filho e seguintes.
- a. Haverá uma redução de 12,5% a 25% na comparticipação familiar mensal, sempre que a criança não utilize integral ou parcialmente os serviços da instituição, a partir de 15 dias úteis ou 30 dias não interpolados, desde que haja motivo devidamente justificado por escrito designadamente refeições, doença e ausência por férias;
 - b. Para que exista direito á redução, as faltas têm de ser comunicadas à Secretaria da Fundação;
 - c. As comparticipações familiares são revistas anualmente no início do ano letivo ou sempre que ocorram alterações significativas.

Norma 16

Refeições

1. A Fundação contratou uma empresa de catering sendo todas as refeições confeccionadas nas nossas instalações, seguindo o sistema de controlo de qualidade *Hazard Analysis and Critical Control Points* (HACCP).
2. As ementas são elaboradas por um nutricionista e afixadas, em local visível para o efeito, no início de cada semana.
3. Não é permitida a receção de alimentação confeccionada fora da Fundação, com exceção de dietas especiais prescritas pelo médico, opção religiosa/cultural ou em ocasiões festivas, respeitando sempre as normas do sistema de controlo de qualidade HACCP.
4. A alimentação diária é constituída por um reforço alimentar a meio de manhã, almoço, lanche da tarde e reforço ao fim do dia.

Norma 17

Atividades/serviços prestados

A creche poderá proporcionar atividades complementares, podendo ser estabelecidas parcerias com entidades externas (companhias de teatro, companhias de dança, etc...). Estas atividades serão pagas complementarmente à comparticipação familiar.

Christa
co
R

Norma 18

Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal deste estabelecimento/prestadora de serviços encontra-se afixado em local bem visível, contendo a indicação do número de recursos humanos (direção técnica, equipa técnica, pessoal auxiliar), formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação em vigor.

1. Uma Educadora de Infância afeta a cada grupo de crianças.
2. Diretora Técnica cujas funções são desempenhadas por uma Educadora de Infância.
3. Duas Auxiliares de Ação Educativa na sala das crianças em aquisição da marcha até aos 2 anos.
4. Uma Auxiliar de Ação Educativa para o grupo de crianças dos 2 aos 3 anos.
5. Duas Auxiliares de limpeza, sendo uma para a creche e outra para o pré-escolar.
6. Uma Cozinheira.
7. Duas Ajudantes de cozinha.
8. Uma Administrativa.

Norma 19

Direção Técnica/Pedagógica

A direção técnica/pedagógica deste estabelecimento é da competência de uma Educadora de Infância nos termos da legislação em vigor e cujo nome será afixado em local visível.

CAPÍTULO IV

Direitos e Deveres

Norma 20

Direitos dos Clientes

Sem prejuízo das normas genericamente estabelecidas neste Regulamento, os utentes da Creche têm os seguintes direitos:

1. Igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade, sexo ou condição social.
2. Utilização dos serviços e equipamentos do estabelecimento disponíveis para a respetiva sala de atividades e espaços de recreio.
3. Participar nas atividades promovidas pelo estabelecimento.
4. Respeito pela sua identificação pessoal e reserva da intimidade privada familiar
5. Serem tratados em boas condições de higiene, segurança e alimentação.

Norma 21

Deveres dos Clientes

Consideram-se deveres dos clientes:

1. Cumprir as normas do estabelecimento de acordo com o estipulado neste Regulamento Interno.
2. Pagar pontualmente a mensalidade fixada até ao 8º dia de cada mês bem como, alterações subsequentes ou qualquer despesa extraordinária da sua responsabilidade.
3. Cumprir os horários fixados (o horário fixado é o horário da creche).
4. Só é permitida a saída das crianças das instalações quando acompanhadas pelas pessoas responsáveis ou quando indicadas por estas para o efeito e devidamente identificadas.
5. Não é permitida a entrega de crianças a menores de 16 anos. Dos 16 aos 18 anos só mediante a apresentação de uma autorização expressa e por escrito dos seus responsáveis.
6. Os encarregados de educação deverão assegurar que a criança não permaneça na creche para além do horário de funcionamento.
7. Quando as crianças se mantiverem ausentes da instituição por mais de 3 dias consecutivos por motivo de doença será exigida uma declaração médica que comprove a sua ausência, discriminando o motivo e os dias de falta.
8. Prestar todas as informações com verdade e lealdade, nomeadamente, as respeitantes ao estado de saúde.
9. Caso a criança tenha que tomar um medicamento no horário de frequência da creche, os pais e ou encarregados de educação, deverão comunicar à Educadora ou à Auxiliar, a dose e o horário da toma do mesmo mediante a prescrição médica ou a assinatura de um termo de responsabilidade.
10. Se a criança estiver com febre ou doença infeto contagiosa, só poderá frequentar a instituição mediante a apresentação de declaração médica de inexistência de qualquer perigo ou contágio.
11. Anualmente, os pais e ou encarregados de educação aquando da inscrição e ou da renovação da matrícula, ficam obrigados a apresentar a declaração médica em como pode frequentar a creche e em caso de patologia já identificada que determine a necessidade de cuidados especiais (Necessidades Educativas Especiais).
12. Ter o cuidado de trazer os filhos limpos e asseados, no corpo e no vestuário. A existência de parasitas ou dúvida de possíveis vestígios e a falta de higiene corporal ou despiste de qualquer doença infeto-contagiosa são obstáculos à permanência das crianças na instituição.
13. É dever dos Encarregados de Educação prestarem toda a colaboração que lhes for solicitada durante todo este processo.
14. Respeitar todos os funcionários da Fundação.
15. Cumprir as normas do Regulamento Interno.

Christina
R
R

Norma 22

Direitos da Entidade Gestora do Estabelecimento/Serviço

1. Ser informada relativamente às características e necessidades biopsicosociais de cada criança.
2. Ter sempre conhecimento atualizado do estado de saúde e da prescrição medicamentosa de cada criança.
3. Dispor de informação considerada necessária relativamente à identificação da criança e família bem como os contatos dos seus responsáveis.
4. Reunir com os Encarregado(s) de Educação de forma a avaliar adequadamente a resposta social.
5. Receber a mensalidade até ao dia 8 de cada mês, conforme as famílias, encarregados de educação, tenham acordado.

Norma 23

Deveres da Entidade Gestora do Estabelecimento/Serviço

1. Proceder à celebração do contrato e à elaboração/organização/registos no processo individual de cada criança.
2. Disponibilizar o Regulamento Interno em funcionamento no momento da entrega do contrato de prestação de serviço.
3. Respeitar os clientes na sua individualidade, independência, dependência e forma de estar na vida.
4. Providenciar à comunidade educativa um atendimento e acolhimento personalizados, de acordo com as suas necessidades biopsicossociais.
5. Proceder à prestação de todos os serviços, disponibilizados por resposta social.
6. Proceder à afixação de todos os documentos previstos na Legislação vigente.
7. Facultar o Livro de Reclamações sempre que solicitado.

Norma 24

Interrupção da Prestação de Cuidados por Iniciativa do Cliente

1. Caso não haja informação no que se refere à desistência da frequência, por um período de 30 dias a participação familiar continuará a ser exigida (sendo reduzido 25% da alimentação) até ao momento em que se verifique o cumprimento da mesma.
2. Se a ausência injustificada se mantiver será anulada a matrícula pelo período de 30 dias.
3. Mediante uma avaliação institucional, as ausências injustificadas superiores a 30 dias seguidos, podem determinar a exclusão da criança.

Norma 25

Contrato

Nos termos da legislação em vigor, entre a família da criança/ encarregado de educação e a entidade gestora do estabelecimento deve ser celebrado, por escrito, um contrato de prestação de serviços.

Norma 26

Cessação da Prestação de Serviços por um Fato não Imputável ao Prestador

1. Qualquer alteração ao contrato é efetuada por mútuo consentimento e assinada por ambas as partes.

Norma 27

Livro de Reclamações

Nos termos da legislação em vigor, Decreto- lei n.156/2005,de 15 de Setembro este estabelecimento possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado, durante o horário de funcionamento da resposta social.

A reclamação é formulada através do preenchimento da folha de reclamação, na íntegra, nomeadamente todos os dados (nome e morada completa) do reclamante, onde constam a reclamação e posteriormente, enviada para a entidade competente.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

NORMA 28

Alterações ao Regulamento

Qualquer alteração ao regulamento será comunicada à Segurança Social no prazo de 30 dias, antes da sua entrada em vigor e após a entrada em vigor será dado conhecimento aos pais.

Norma 29

Integração de Lacunas

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão supridas pela entidade proprietária do estabelecimento/serviço, tendo em conta a legislação/normativos em vigor sobre a matéria.

Norma 30

Disposições Complementares

1. Compete à instituição fazer o seguro escolar de cada criança;
2. Todas as crianças estão cobertas pelo seguro durante a sua permanência na Instituição e em atividades desenvolvidas pela Fundação.
3. Em caso de encerramento temporário, por motivos de força maior, não poderá ser imputada à Fundação qualquer responsabilidade.
4. Contrato feito na Zurich Companhia de seguros SA, apólice nº 004808296.


Norma 31

Entrada em Vigor

Este Regulamento Interno da Creche da Fundação Adolfo Vieira de Brito entra em vigor no ano letivo de 2018/2019.

Lisboa, 18 de junho de 2018

O Conselho de Administração
da Fundação Adolfo Vieira de Brito


Margarida Brito


P. Ribeiro de Sá